ACTA DA VIGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO, REALIZADA NO DIA 13 DE SETEMBRO DE 2010. -----

Aos Treze dias do mês de Setembro do ano de Dois Mil e Dez, reuniu-se na Sala de Reuniões desta Câmara, o Executivo Camarário, composto pelo Presidente da Câmara Municipal Prof. Humberto da Costa Cerqueira e pelos Senhores Vereadores Prof. Teresa de Jesus Tuna Rabiço da Costa; Eng.º Lúcio Manuel Alves Machado; Dr. António Augusto Machado Ferreira Brito e Eng.º Francisco Gomes Ribeiro. -----

PRESENÇAS: -----

Encontravam-se presentes nesta reunião a Chefe da DAF, o Director do D.U., o Secretário do GAP e o Chefe da DJC, que secretariou a presente reunião, conforme despacho do Senhor Presidente da Câmara, proferido ao abrigo do artº 92º nº 2 da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro. -----

ABERTURA DA REUNIÃO. -----

Pelas Dez horas o Senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião. -----

Justificação da falta do Senhor Vereador Dr. Augusto de Brito. ---

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi dado conhecimento que o Senhor Vereador Dr. Augusto de Brito, por motivos pessoais, se encontra impossibilitado de comparecer à presente reunião. -----

Apreciado o assunto, foi deliberado por unanimidade justificar a falta do Senhor Vereador Dr. Augusto de Brito. -----

1º - Resumo diário da tesouraria do dia 10 de Setembro de 2010. --

Presente o resumo diário da tesouraria do dia 10 de Setembro de 2010, que apresenta um saldo orçamental no valor de € 3 923 006.11 e um saldo de operações de tesouraria no valor de € 56 535.32. -----

Apreciado o assunto, foi deliberado tomar conhecimento. -----

2º - Ratificação do despacho de aprovação da Quarta Alteração ao orçamento de 2010. -----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi presente uma proposta escrita com o seguinte teor: -----

“Na sequência de algumas deliberações da Câmara Municipal, nomeadamente o a outorgação do Protocolo com a Cooperativa Mondim + Social; atribuição de subsídio para a aquisição de órgão da freguesia de Vilar de Ferreiros e apoio ao concurso pecuário do Maronês, que ficaram condicionadas à dotação em orçamento de rubrica para a execução, verificou-se, conforme informação da DAF em anexo, não haver na respectiva rubrica verba suficiente para a execução daquela deliberação. -----

Por tal motivo, determinei a elaboração de uma proposta para a 4ª Alteração ao Orçamento de 2010. -----

Além daquelas situações de insuficiência orçamental, outras havia, melhor identificadas naquela informação, que também mereciam reforço de verba, pelo que, foram tais situações também incluídas. -----

Considerando que a execução da deliberação de apoio ao concurso pecuário do Maronês tinha que ser executada até ao dia 24 de Agosto de 2010, de forma a disponibilizar-se à Junta de Freguesia do Bilhó a verba destinada aos prémios daquele concurso, e não havendo possibilidades de reunir para o efeito a Câmara Municipal, ao abrigo do nº 3 do artigo 68º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei nº 5 – A/ 2002, de 12 de Janeiro determinei a aprovação da 4ª Alteração ao Orçamento, pelo que, em cumprimento do ónus que me é imposto, apresento para ratificação tal decisão.” -----

Apreciado o assunto, foi deliberado por unanimidade ratificar a decisão proferida pelo Senhor Presidente da Câmara que aprovou a 4ª Alteração ao Orçamento. -----

3º - Ratificação de despacho - I Encontro de Concertinas de Mondim de Basto. -----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi presente uma proposta escrita com o seguinte teor: -----

“A época de Verão é especialmente propícia às iniciativas de índole festiva e cultural. -----

Os espectáculos que envolvem tocadores de concertinas são normalmente apreciados pela população Mondinense e de toda a região, e, sendo Setembro um mês em que algumas pessoas ainda gozam os últimos dias de férias, pareceu-nos a mais indicada para “fechar” esta época festiva de Verão com a organização, no dia 19 de Setembro, de um festival de concertinas, aproveitando assim este ambiente de festa e a maior disponibilidade dos tocadores para participarem no evento, bem como as condições climatéricas que se fazem sentir. -----

O custo desta iniciativa estima-se em cerca de € 1 000.00, destinados a lembranças e lanche de confraternização com os participantes. -----

Por tal motivo, e de forma a divulgar-se este evento com alguma antecedência, ou seja, nas missas dominicais do dia 12 de Setembro, determinei a organização do I Encontro de Tocadores de Concertinas, de acordo com o Programa que consta de cartaz anexo. -----

Todavia, a competência para a promoção de actividades culturais e recreativas pertence à Câmara Municipal, pelo que proponho a V. Ex^{as} a ratificação do Despacho que determinou a organização do I Encontro de Tocadores de Concertinas, proferido ao abrigo do nº 3 do artigo 68º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei nº 5 – A/ 2002, de 12 de Janeiro, tendo como fundamento os motivos de urgência já invocados.” -----

Apreciado o assunto, foi deliberado por unanimidade ratificar a decisão proferida pelo Senhor Presidente da Câmara que determinou a organização do I Encontro de Tocadores de Concertinas. -----

4º - Reorganização dos Serviços Municipais do Município de Mondim de Basto. -----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi presente uma proposta escrita com o seguinte teor: -----

“Por imposição legal, os Municípios devem promover a revisão dos seus serviços até 31 de Dezembro de 2010. -----

Compete à Assembleia Municipal aprovar, nos termos da lei, a reorganização dos serviços municipais e o modelo de estrutura orgânica (hierárquico, matricial ou misto) e definir o número máximo de unidades orgânicas flexíveis (unidades orgânicas lideradas por dirigentes titulares de cargos de direcção intermédia de 2.º grau ou inferior), estando cometida à Câmara Municipal a competência para criar, dentro dos limites máximos fixados pela Assembleia Municipal, as aludidas unidades orgânicas flexíveis e definir as respectivas atribuições e competências. -----

Compete ainda à Assembleia Municipal definir o número máximo total de subunidades orgânicas (serviços liderados por pessoal com funções de coordenação, designadamente coordenador técnico, competindo ao Presidente da Câmara Municipal a criação, a alteração e a extinção de subunidades orgânicas, dentro daquele limite. -----

Quando seja exclusivamente adoptada a estrutura hierarquizada, e desde que se justifique, com vista ao aumento da flexibilidade e da eficácia na gestão, podem ser criadas, por deliberação fundamentada da Câmara Municipal, sob proposta do respectivo Presidente, equipas de projecto temporárias e com objectivos especificados, cabendo à Assembleia Municipal definir o número máximo de equipas de projecto. -----

Face aos considerandos enunciados, proponho que a Câmara Municipal de Mondim de Basto apresente uma proposta à Assembleia Municipal de Mondim de Basto com o seguinte modelo organizacional: -----

Moldura Organizacional proposta. -----

Modelo de estrutura orgânica – Estrutura Hierarquizada; -----

N.º máximo de unidades orgânicas flexíveis 6 (seis); -----

N.º máximo de subunidades orgânicas 6 (seis); -----

N.º máximo de equipas de projecto 2 (duas). -----

Mais proponho que a moldura organizacional entre em vigor nos 30 dias após a sua publicação no Diário da República, revogando a estrutura e organização dos Serviços Municipais publicada pelo Aviso n.º 7019/2006 no Diário da República, 2.ª série, n.º 235, apêndice n.º 84, de 7 de Dezembro de 2006.” -----

Apreciado o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. -----

5º - Constituição do direito de superfície a favor do Município de Mondim de Basto – Parcela da ETA. -----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi presente uma proposta escrita com o seguinte teor: -----

“Como é do Vosso conhecimento, o Município de Mondim de Basto, em Agosto de 2006, tomou posse de uma parcela de terreno, com área de 7 900 m2, que integra o prédio denominado Cadaval, sito em Carvalhais, propriedade da Junta de Freguesia de Atei inscrito na respectiva matriz, sob o artº 681º, para ai construir a Estação de Tratamento de Água que integra a rede de abastecimento de água ao concelho de Mondim de Basto. -----

Naquela data, houve um acordo, não formalizado, entre a Junta de Freguesia e o Município de Mondim de Basto para cedência gratuita do direito de superfície daquela parcela de terreno, pelo período de trinta anos,

prorrogável por iguais períodos, enquanto ai existir a dita Estação de Tratamento de Água. -----

Naquela data, o Município de Mondim de Basto assumiu a obrigação de, enquanto se mantiver a cedência do direito de superfície sobre aquela parcela de terreno, realizar investimentos públicos na freguesia de Atei em valor anual correspondente ao que tal área renderia, caso estivesse arrendada para explorações de massas minerais, vulgarmente designadas por pedreiras. --

A parcela de terreno é composta por área florestal. O preço de mercado do metro quadrado anda na ordem de € 1.50/m², o que perfaz um valor global da parcela de € 11 850.00. -----

Assim, considerando que o valor da parcela alienar não excede 1000 vezes o índice 100 da função pública, proponho que a Câmara Municipal, nos termos da al. f) do n° 1 do artigo 64° da Lei n° 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, constitua, de forma gratuita, em favor do Município de Mondim de Basto, com efeitos a partir do dia 1 de Agosto de 2006, o direito de superfície sobre aquela parcela de terreno, a desanexar do art° 681° da matriz rústica da freguesia de Atei e propriedade da Freguesia de Atei, pelo período de trinta anos e renovável por iguais períodos enquanto ai estiver instalada a Estação de Tratamento de Água que integra a rede de abastecimento de água ao concelho de Mondim de Basto. -----

Mais proponho, que o Município de Mondim de Basto se obrigue a investir anualmente em obras públicas na freguesia de Atei uma verba em valor anual correspondente ao que tal área renderia, caso estivesse arrendada para explorações de massas minerais, vulgarmente designadas por pedreiras, ou seja, € 6 000.00.” -----

Apreciado o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada e conceder poderes ao Senhor Presidente da Câmara para outorgar o respectivo contrato nos termos descritos e demais que venham a revelar-se convenientes. -----

6º - Cedência de Dumper à Freguesia de Paradança. -----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi presente uma proposta escrita com o seguinte teor: -----

“Temos na nossa posse um ofício da Junta de Freguesia de Paradança, a solicitar a cedência de um Dumper, propriedade da Câmara Municipal, para a execução de trabalhos por administração directa naquela freguesia. -----

Considerando que esta máquina em concreto está avariada há algum tempo, tendo inclusivamente havido já informação dos Serviços para que fosse abatida atento o seu uso diminuto por parte dos serviços camarários, e, considerando que este pequeno apoio poderá ser muito mais proveitoso para aquela freguesia, proponho que a Câmara Municipal no uso da competência que lhe é conferida pela al. b) do nº 6 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, ceda a título gratuito o Dumper à Freguesia de Paradança.” -----

Apreciado o assunto, foi deliberado por unanimidade ceder, de forma gratuita e definitiva, à Freguesia de Paradança, a propriedade do Dumper solicitado. -----

7º - Regulamento Municipal do Associativismo Desportivo. -----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi presente uma proposta escrita com o seguinte teor: -----

“Na sequência da deliberação da Câmara Municipal de 29 de Maio de 2010, procedeu-se à discussão pública da proposta de Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo. -----

Durante o período de discussão pública não foi apresentada qualquer sugestão ou observação. -----

Assim, e não se vislumbrando motivos de introdução de alterações, proponho a aprovação da proposta de Regulamento de Apoio ao Associativismo Desportivo que anexo, para que, abrigo do art. 64º nº 6 al. a) da Lei 169/99 de 18 de Outubro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-

A/2002 de 11 de Janeiro, seja submetida à Assembleia Municipal para aprovação.” -----

Apreciado o assunto, foi deliberado por maioria, aprovar a proposta de Regulamento de Apoio ao Associativismo Desportivo e submetê-la à Assembleia Municipal para aprovação. -----

Absteve-se na presente votação o Senhor Vereador Eng.º Francisco Ribeiro. -----

Votou contra o Senhor Vereador Eng.º Lúcio Machado. -----

8º - Ratificação de despacho – Alterações ao escalonamento. -----

Pela Senhora Vice - Presidente da Câmara foi presente uma proposta escrita com o seguinte teor: -----

“A Câmara Municipal, por deliberação de 13 de Agosto de 2010, procedeu ao escalonamento dos alunos que frequentarão no próximo ano lectivo a educação pré-escolar e o 1º ciclo do ensino básico. -----

A listagem então apresentada continha alguns alunos no escalão C, em virtude de os Pais e Encarregados de Educação não terem disponibilizado em tempo os elementos indispensáveis ao escalonamento. -----

Notificados os Pais e Encarregados de Educação para apresentarem os documentos em falta e analisados os mesmos, a listagem então apresentada sofreu algumas mudanças. Era, como tal, urgente proceder à respectiva alteração de escalão uma vez que tinha consequências ao nível das grelhas do serviço de refeições e, principalmente, ao nível dos Vales para o levantamento dos manuais escolares, que ocorre na semana anterior à do início do ano lectivo e antes da reunião de Câmara de Setembro. -----

Assim, proponho a V. Ex^{as} a ratificação do Despacho de Alteração do Escalonamento dos alunos do 1º ciclo do ensino básico e da educação pré-escolar, proferido ao abrigo do nº 3 do artigo 68º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei nº 5 – A/ 2002, de 12 de Janeiro, tendo como fundamento os motivos de urgência já invocados.” -----

Apreciado o assunto, foi deliberado por unanimidade ratificar a decisão proferida pela Senhora Vice-presidente e que determinou a alteração do Escalonamento. -----

9º - Acção social escolar - alteração do escalonamento. -----

Pela Senhora Vice-presidente da Câmara foi presente uma proposta escrita com o seguinte teor: -----

“A Câmara Municipal, por deliberação de 13 de Agosto de 2010, procedeu ao escalonamento dos alunos que frequentarão no próximo ano lectivo a educação pré-escolar e o 1º ciclo do ensino básico. -----

Após aquela deliberação e antes de publicitada a listagem vieram alguns Encarregados de Educação apresentar elementos em falta, dos quais resultou uma alteração ao escalão inicialmente atribuído e que foram alterados através do despacho que apresentei para ratificação. -----

Depois de proferido aquele despacho, e publicitada a listagem vieram outros Encarregados de Educação, apresentar documentos em falta, e, analisados os mesmos, conforme informação em anexo, importam também uma alteração do escalão inicialmente atribuído. -----

Assim, proponho que a Câmara Municipal, nos termos do artº 4º nº 1 do Dec. Lei 399-A/84 de 28 de Dezembro e artº 64º nº 1 al. q) da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, determine a alteração de escalão, em conformidade com a informação em anexo, e referente aos alunos ai visados.” -----

Apreciado o assunto foi deliberado unanimidade alterar o escalonamento nos termos propostos. -----

10º - Atribuição de Subsídio de Transporte aos Alunos do Ensino Secundário ou Equivalente Que Frequentam Cursos Fora do Concelho.

Pela Senhora Vice - Presidente da Câmara foi presente uma proposta escrita com o seguinte teor: -----

No sentido de incentivar os alunos do concelho a prosseguirem os estudos além do 3º ciclo do ensino básico, e também de tratar de modo igual os alunos do ensino secundário ou equivalente que frequentam escolas fora do concelho, porque o curso que escolheram não é leccionado na única escola secundária do concelho, julgo importante que se continue a atribuir um subsídio de transporte – pagamento de 50% do valor despendido – a esses estudantes. -----

Esta medida e o modo de acesso ao subsídio estão devidamente regulamentadas no Regulamento de Atribuição de Subsídios de Transporte para Alunos que frequentam Estabelecimentos de Ensino fora do Concelho, criado há alguns anos e posteriormente aperfeiçoado. -----

Assim, ao abrigo do disposto proponho a atribuição de um subsídio de transporte de 50% sobre o montante comprovadamente despendido, destinado aos alunos que frequentam estabelecimentos de ensino fora do concelho de Mondim de Basto.” -----

Apreciado o assunto, foi deliberado por unanimidade a proposta apresentada. -----

11 º - Cedência de Casa Pré-Fabricada a Família de Etnia Cigana.

Pela Senhora Vice Presidente da Câmara foi presente uma proposta escrita com o seguinte teor: -----

“Tenho na minha posse um ofício subscrito pelos dois progenitores de uma família de etnia cigana, a solicitar a cedência de um contentor para instalar num terreno de que são proprietários em Torgueda, Vila Real, para aí residirem. -----

Trata-se de uma família que reside no nosso concelho há vários anos sob a vigilância atenta da Câmara Municipal, da CPCJ e de outras entidades concelhias, que já usufruiu de várias respostas a nível social, no entanto nunca houve disponibilidade para resolver a situação da sua habitação. -----

Como todos sabem a questão da habitação da família em apreço é mais do que uma questão meramente social. -----

Assim, no espírito do desenvolvimento de políticas de âmbito social e de apoio a estratos sociais desfavorecidos, proponho a aquisição e cedência a título gratuito e temporário de um contentor para a família de etnia cigana, a instalar em Torgueda, concelho de Vila Real, cuja despesa rondará o valor constante do orçamento em anexo.” -----

Apreciado o assunto, foi deliberado por maioria aprovar a proposta apresentada. -----

Abstiveram-se na presente votação os Senhores Vereadores Eng.º Lúcio Machado e Eng.º Francisco Ribeiro. -----

OUTROS ASSUNTOS: -----

- **Encerramento do Centro de Saúde de Mondim de Basto no período de Verão. -----**

Pelo Senhor Vereador Eng.º Lúcio Machado foi dito que teve conhecimento de que o Centro de Saúde de Mondim de Basto, no período de Verão e principalmente após as 17.00 horas não dispunha de médicos. -----

Em resposta, pelo Senhor Presidente da Câmara foi dito que teve conhecimento da situação, e, de imediato, solicitou, por ofício, à entidade regional de saúde esclarecimentos. -----

Mais disse que além daquele pedido formal de esclarecimentos, teve uma reunião com a mesma entidade a fim de perceber a falta de médicos no Centro de Saúde, tendo sido justificada com o afastamento coercivo de um médico e férias dos demais, tendo no entanto, aquela autoridade garantido que esta situação estaria a ser resolvida para que não volte a repetir-se. -----

- **Abertura do Centro Escolar. -----**

Pelo Senhor Vereador Eng.º Francisco Gomes Ribeiro foram solicitadas informações relativamente à conclusão e abertura do Centro Escolar. -----

Em resposta, pelo Senhor Presidente da Câmara foi dito que o Centro Escolar está em condições de abrir e que na próxima sexta feira serão os pais e encarregados de educação convidados a visitá-lo, tendo sido estendido aos Senhores Vereadores o convite. -----

Mais disse que além do Centro Escolar, também a rede de transportes está devidamente organizada, para poder dar a devida resposta às necessidades dos alunos. -----

No entanto, considerando que este é o primeiro ano de funcionamento do centro escolar, bem como, foram introduzidas alterações no funcionamento da rede de transportes, é de prever que possam surgir situações que careçam de melhoria, que serão naturalmente efectuadas, mas apelava à melhor compreensão dos pais e encarregados de educação. -----

- **Publicação no sítio da Internet da Câmara da resposta ao Presidente da Junta de Freguesia de Mondim sobre a Carta aberta relativa à resolução da carência habitacional do agregado familiar de Filipe Cigano.** -----

Pelo Senhor Vereador Eng.º Francisco Gomes Ribeiro foi presente

“No dia 9 de Setembro do presente ano, foi publicado no sítio oficial do Município um artigo intitulado como sendo uma resposta à carta aberta supostamente escrita pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mondim de Basto sobre a comunidade cigana. Relativamente a este assunto, devo manifestar o meu total desacordo sobre a forma encontrada para divulgar a resposta à referida carta, pelas seguintes razões: -----

1.º O Sítio Oficial do Município não deverá servir de veículo de propaganda nem para o combate político, como a meu ver se enquadra a resposta dada. Deverá sim prestar informação institucional, como genericamente acontece. Esta utilização é a meu ver abusiva, desprestigiante para a instituição, sendo facilmente confundível o seu conteúdo com o de um qualquer “blog” existente na internet, com todo o respeito para estes. -----

2.º A resposta não vem assinada. Como tal compromete quem? A Câmara Municipal? O seu Presidente? -----

3.º Para melhor divulgação do artigo foi utilizado pelos serviços da Câmara Municipal o sistema de mensagens via telemóvel “SMS”, alertando para a existência da resposta à carta aberta no Sítio do Município. Eu próprio recebi uma mensagem. Como recebo habitualmente noutras ocasiões quando a Câmara pretende divulgar informação institucional. Acontece que neste assunto marcadamente de cariz político partidário, a utilização deste serviço parece-me abusiva, já que não se trata de informação institucional, colocando-se assim os dinheiros públicos ao serviço da propaganda política. -----

Pelas razões expostas, julgo ser imperioso um esclarecimento por parte do Senhor Presidente da Câmara.” -----

Em resposta, pelo Senhor Presidente da Câmara foi dito que o sítio na Internet do Município é um canal oficial do Município. Como tal, pelos respectivos conteúdos, cuja autoria não esteja expressamente identificada, responde o Presidente da Câmara. -----

Quanto ao uso deste canal de comunicação para divulgar a resposta, o sítio na Internet da Câmara Municipal é o que melhor se adequa para limitar a divulgação deste tipo de iniciativas infelizes, pois, é visitado maioritariamente por pessoas de Mondim, ao contrário do que sucedeu com a carta do Senhor Presidente da Junta que sendo publicada num jornal de âmbito regional, terá uma divulgação essencialmente no exterior do concelho, o que naturalmente não é o melhor contributo para a boa imagem de Mondim de Basto, pela qual todos nós nos debatemos. -----

Mais disse, que a carta em causa foi assinada pelo Senhor Presidente da Junta de Mondim, que representa a Freguesia de Mondim de Basto, pelo que, dirigindo-se, não só à Senhora Vereadora da Acção Social, mas também à Câmara Municipal, deixa de ter um cariz pessoal e político, assumindo, uma

relevância institucional, pelo que, lhe parece mais que próprio o meio usado para lhe oferecer resposta. -----

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO. -----

Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Câmara deu por encerrada a presente reunião às Doze horas e Quinze Minutos, da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida e por estar conforme foi aprovada por unanimidade e vai assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Vereadores e por mim secretário para valer como tal. -----